

ESTUDOS LITERÁRIOS

*Literary Studies*

AUTO-IMAGEM E IMAGEM REVELADA  
OPÇÃO NARRATIVA E IDEOLOGIA EM  
*D. PEDRO II: MEMÓRIAS IMAGINÁRIAS  
DO ÚLTIMO IMPERADOR DO BRASIL*

---

*Self-image and revealed image: narrative  
option and ideology in  
D. Pedro II: memórias imaginárias do  
último imperador do Brasil*

Marilene Weinhardt\*

*Na verdade, (...) um autêntico  
liberal deve ser liberal o  
suficiente para suspeitar de seu  
próprio liberalismo.  
T. EAGLETON. Ideologia.*

*O respeito pelos princípios  
liberais governou-me a  
vida, ou melhor, o medo de pecar  
contra o liberalismo.  
J. SOUBLIN. D. Pedro II.*

\* Universidade Federal do Paraná

A revisitação ao passado, sob várias modalidades, está na ordem do dia. A motivação imediata desse movimento é a proximidade de duas datas que merecem atenção particular, uma nacional e outra de todo o mundo cristão. A virada do milênio e os quinhentos anos do Brasil desencadearam comemorações e revisões de várias ordens. Outra razão, talvez por seu caráter mediato menos perceptível, mas certamente não menos prolifera, decorre de perspectivas abertas por novos modos de se conceber a teoria e os métodos de estudo da história. O discurso memorialista, de longa tradição entre nós, quer como gênero quer como recurso romanescos,<sup>1</sup> é também uma presença marcante destes tempos,<sup>2</sup> no último caso somando-se a outras formas da atual revitalização da ficção histórica. Enfim, o interesse de estrangeiros por nossa cultura, agora não mais com um olhar que busca o exotismo, e sim procura entender nossas coordenadas culturais, parece vir se adensando. Tendo-se em vista aquelas manifestações que remetem diretamente ao universo literário, os resultados são promissores, sobretudo para a fortuna crítica dos nomes mais significativos da literatura nacional,<sup>3</sup> mas também vem se verificando o resgate ficcional, por autores estrangeiros, de figuras da história do país, o que pode também ser lido como indicativo da superação do conceito de fronteiras nacionais.<sup>4</sup> É no universo dessas três emergências – revisionismo histórico, vitalidade da ficção histórica e foco de atenção descentrado – que se inscreve *D. Pedro II: Memórias Imaginárias do Último Imperador*,<sup>5</sup> romance do francês Jean Soublin, lançado na França em março de 1996.

Esta abordagem intenta detectar como se realiza, no presente e de um foco externo, a construção do personagem ficcional que toma o nome e as circunstâncias biográficas de personagem empírico duplamente significativo:

1 Lufs Augusto FISCHER, no ensaio “Para uma descrição da literatura brasileira”, registra a insistência do recurso na ficção nacional. (In: PRATT, Mary Louise e outros. *Literatura e História: perspectivas e convergências*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 97-142)

2 Em “A Nova Narrativa”, ensaio que tem como horizonte o final da década de 70, Antonio CANDIDO percebe como intrigante presença o sucesso do gênero naquele momento. (In: \_\_\_\_\_. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987. p. 199-215). Hoje a retomada como recurso romanescos vem se somar à produção do gênero.

3 Penso nos trabalhos de John GLEDSON a propósito de Machado de Assis – dois volumes de crítica, ensaios em volumes coletivos e em revistas, localização e organização de originais – e em *JGR: Metafísica do Grande Sertão*, de Francis UTÉZA (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994).

4 Além do romance em estudo, merece ser lembrado, ainda que a realização literária não esteja no mesmo patamar, o título *Dona Leopoldina: uma Habsburg no trono brasileiro*, da austríaca Glória KAISER, lançado em 1994 (trad. Christiane Rupp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997)

5 SOUBLIN, Jean. *D. Pedro II. Memórias imaginárias do último Imperador do Brasil*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

sumariza um período cuja denominação – Romantismo – transcende os limites estéticos, e delimita larga faixa da história da nação.

De início, com intenções didáticas, para deixar claro que as soluções narrativas não representam entrave para Jean Soublin, apresenta-se, uma vez que se trata de obra relativamente recente e ainda pouco divulgada, o que pode ser denominado de “um esquema do romance”, para fugir, de modo absolutamente simplista, de terminologia que ainda pode ser vista como comprometedora: “estudo formal”, ou “estrutura”. Superada a etapa de conhecimento do texto, ainda que de forma bastante artificial, por separar o que é um todo, e que por isso mesmo eventualmente se deixa contaminar por conteúdos que deveriam estar na seguinte, passar-se-á a trabalhar a representação de uma época e de uma cultura, atentando especialmente para os processos de identificação/afastamento do Imperador/terra natal. A tônica será então o desvelamento das estratégias discursivas e suas implicações ideológicas.

\* \* \*

Na edição brasileira, há uma proliferação de títulos. Na capa se lê *D. Pedro II* em destaque (tipos gráficos grandes, em vermelho, o fundo é branco), seguido da expressão *O Defensor Perpétuo do Brasil* (tipos muito menores, em preto, segmento abolido na ficha catalográfica e na lombada),<sup>6</sup> e por fim *Memórias Imaginárias do Último Imperador* (tipos de tamanho intermediário, em preto). Em todos esses registros, cuja escolha deve ter sido determinada por motivações de ordem comercial, desaparece a opção do título original – *Je suis L'Empereur du Brésil* – indicativo da perspectiva do relato.<sup>7</sup> Nesta forma o memorialista reafirma sua individualidade – “eu” – o antigo papel político e a condição que crê inalienável para sempre – “sou o imperador do Brasil” – ainda que, no presente da narração, seja um ancião exilado, em temporada na estação de águas de Vichy. Quanto aos dois adjetivos da tradução – *imaginárias* e *último* – expressão de fato histórico além das margens do mundo ficcional, nos limites deste são uma excrescência. Da parte dos editores, a indicação do gênero – romance, identificado desde a capa – é suficiente para sinalizar seu *status* de resultado do imaginário, sem vinculações necessárias com a ordem externa,

6 Lilia Moritz SCHWARCZ, na bibliografia do extraordinário ensaio *As Barbas do Imperador* (São Paulo: Companhia das Letras, 1998) opta por essa expressão como título, o último segmento figurando como subtítulo e desaparecendo o primeiro.

7 Não se fará aqui confrontação dos textos para avaliar a tradução, que foi o texto utilizado. As citações do romance dispensarão nota, indicando-se a página entre parênteses.

independentemente do fato de ter existido um personagem no mundo empírico cujo onomástico, título e biografia coincidam, em parte ou no todo, com aquela criada ficcionalmente. Quanto ao adjetivo *último*, chega a constituir contradição com o universo ficcional, já que ao longo do relato o memorialista não descarta a possibilidade da restauração, que é mesmo uma esperança, se não para si, para seus descendentes.

As observações do parágrafo anterior quanto às inconsistências da tradução do título objetivam apontar o rumo das opções narrativas perceptíveis no texto, aspecto decisivo para a leitura que se proporá na parte seguinte. Por ora, interessa registrar que a narração se abre no presente, momento em que o narrador, ainda não identificado como memorialista, demonstra a irascibilidade de quem estava habituado a ter seus caprichos respeitados mas já não tem autoridade para se impor (o banco que sempre usa enquanto espera o horário para tomar o próximo copo d'água está ocupado, o que o obriga a quebrar a rotina e provoca mau humor), achaques da idade (uma dor na planta do pé o incomoda, ele não consegue curvar-se o suficiente para enxergar o pé e realizar um auto-exame) e impertinências de velho que se acostumara a ser bem servido (o curativo que o criado faz, bem como seus outros cuidados, lhe parecem insatisfatórios). Os outros – “a tropa de curistas desfilando” (p. 6) – ficam ao longe. A visão de uma criança brincando desencadeia a lembrança que fecha o bloco: “Eu também possuía um aro de madeira lá em São Cristóvão; também era triste.” (p. 6) É o primeiro ingresso no passado, o tempo da infância, que ocupará o bloco seguinte, e a localização espacial a primeira pista de sua identidade. Aí a narração desliza da primeira pessoa para “o menino”, a quem pouco “é permitido” e muito “é proibido”, construção pendular de um parágrafo. Ele é doentio, tem duas irmãs, a mãe e outros irmãos morreram, o pai e a irmã mais velha foram embora, há um tutor a ser temido. A duplicidade do indivíduo para quem o destino é tão adverso está contida na voz de outro, a ordem da governanta, que fecha o bloco: “Cumprimente, menino! Cumprimente, imperador!” (p. 9)

O bloco seguinte abre-se com a retomada do eu da enunciação, amarrando os dois tempos e remetendo a um pretérito intermediário que explica a transformação ocorrida: “Eu era o imperador do Brasil. Ainda o era, dois anos atrás. Não sou mais do que um ancião exilado que bebe copos d'água em Vichy. Pois depuseram-me, destituíram-me, baniram-me.” (p. 9-10) Note-se as sutilezas na operação de trânsito entre as faixas temporais, na seleção das marcas de características do personagem ficcional e na súpula de informações factuais, isto é, históricas. O artifício para apresentar o conteúdo histórico, inserindo-o na fabulação como se fosse natural, é uma das provas de fogo do romance

histórico. Neste caso havia um complicador adicional, porque a obra não tinha como horizonte, em princípio, o leitor brasileiro, inserido nesse contexto histórico no período escolar. Soublin não tropeça nessa pedra.

Na seqüência, progressivamente, o presente vai cedendo espaço ao passado, até a junção dos dois tempos. As reminiscências vão se intensificando e, ainda que não haja referência explícita ao ato da escrita, o exercício de presentificar o passado é aludido com frequência. O retorno no tempo não se restringe a recordações esgarçadas e eventuais, próprias da inatividade e das limitações físicas da velhice, ou ao resgate de sensações à maneira proustiana. A intenção de análise e busca de esclarecimentos vai se delineando de modo que pode fazer as delícias da crítica psicanalítica. É interessante acompanhar as reflexões sobre a recuperação do passado, como se não resultasse de uma atitude deliberada *a priori*, mas que se impõe paulatinamente, desempenhando funções de ordem variada no plano de construção do texto. Pela costura que realiza ao longo da narração, iluminando-a conforme o ângulo que merece destaque no momento e emprestando poder de convencimento ao discurso memorialista, vale a pena examinar o levantamento das citações que talvez possam ser designadas como *metamemorialísticas*, uma das marcas de movimentação entre as duas faixas de tempo, em sincronia com a intervenção de breves referências ao cotidiano do presente, este eventualmente responsável pelo desencadeamento de algumas rupturas na linearidade da linha do passado, mais uma contribuição à coerência.

A primeira referência à “utilidade” que o narrador vê no processo está na seqüência da passagem referida, quando se identifica o menino/imperador: “... tal reminiscência de minha infância fez-me muito bem. Gosto de escavar assim minha vida, para mim mesmo, só para mim, no sigilo de um jardim público [...]. Há tantas coisas obscuras, até mesmo para mim.” (p. 10) O leitor brasileiro ouve aí um eco distante da voz do Paulo Honório de Graciliano Ramos. Pouco adiante, a continuidade da narração é apresentada como uma possibilidade que depende de um ato de vontade, sem motivações mais profundas: “essas conversas comigo mesmo não de me ajudar, caso eu me decida a prosseguir-las por alguns dias, enquanto aguardo a chegada de Isabel.” (p. 16) Agora o paralelo possível é com o disfarçado e interesseiro Bento Santiago, bastante distante do enfasiado e desencantado Brás Cubas. A propósito, construções irônicas lembrando as de Machado de Assis, que na voz de D. Pedro II merece uma breve referência – “[...] um jornalista político dedicou-lhe [a Gonçalves Dias] uma ode fúnebre. Lembrome desse mulato, Machado de Assis, porque enviara-me no ano anterior um soneto bajulador. Seus versos, aliás encantadores...” (p. 119) – pontuam o texto

de quando em quando, em construções como: “Não chego a odiá-lo [a Benjamin Constant] por ter, há dois anos, imposto a República aos militares. Creio que é mais sincero que os outros, e melhor em álgebra, seguramente.” (p. 131) Ou ainda, ao contar da Guerra do Paraguai, quando se apercebera da distância entre os relatos de guerra que leu e a realidade do campo de batalha, conclui: “Ao longe, os paraguaios, que não haviam lido Homero, escavavam trincheiras.” (p. 195) A fantasia a que se entrega durante o sermão da missa comemorativa de sua coroação é contraparente, pelo avesso, do delírio de Brás Cubas moribundo.

Na referência seguinte ao ato de lembrar deliberadamente, situada no segundo capítulo, a tentativa é de se libertar das obsessões que lhe perturbaram a noite imediatamente anterior: “Mas, afinal, quem atirou em Paulo Barbosa? A pergunta persegue-me desde a manhã. [...] Eu ainda estava pensando nisso depois da minha toalette [...]. Não consigo tirar a indagação da mente. A noite inteira revivi as primeiras lutas de meu reinado.” (p. 33-34) Quando parece que a realização do percurso inteiro, até fazer com que os dois tempos se encontrem, já é inevitável, uma rápida observação conscientiza o leitor de que o narrador desconhece o ponto de chegada: “haverei de me explicar sobre isso se um dia referir-me aos últimos decênios de meu reinado.” (p. 91) Quase à altura do meio do livro, algumas frases reafirmam a sinceridade e a honestidade da narrativa, como se fosse o caso de alterá-la se a produzisse para divulgação: “Como sou inábil! Hoje, ao choramingar meus reveses políticos, mancho todo o meu relato, deslusto toalmente o período mais excitante, mais feliz de minha vida.” (p. 125)

Mas esse tom de leveza, de descompromisso com o ato de narrar, sofre mudança radical face à constatação de seus efeitos. Mais uma vez, a palavra do memorialista, que sente e teme o perigo, exige transcrição, agora pela alteração de perspectiva que produz:

... quanto mais considero minha vida, mais esta afigura-se diferente do que eu teria imaginado. Que eu avance mais um pouco, e a imagem tão satisfatória do monarca democrata, do príncipe filósofo poderá rachar.

Por que não deixar em paz a idéia que formei de mim mesmo, e, acima de tudo, por que aventurar-me no que sempre ocultei, no que conservo de mais doce, de mais íntimo? (p. 132)

Mas ele se aventura pela zona perigosa, consciente da impossibilidade de recuo, refazendo agora o percurso dos momentos de reminiscências, sem

mais duvidar ou mesmo se perguntar sobre a intenção ou o valor da continuidade da narração, que se transforma em urgência:

Eis-me preso na armadilha de meu relato. Principiei-o ingenuamente para amenizar minha solidão com a lembrança de certos grandes feitos de outrora. Depois, prossegui-o porque me forçava a refletir sobre minhas opções e minhas condutas; um salutar exame de consciência, em minha idade. Não previa que ele teria um fim, que um dia caber-me-ia contar minha destituição, essa peripécia, e a indiferença de meus súditos, essa tortura. (p. 284)

Note-se que, tão próximas do final, as memórias ameaçam mudar de função e de caráter. Mas o memorialista reencontra o equilíbrio, restaura seu prumo no último período, preservando-se igual a si mesmo, ao deslocar o problema para outro ponto, um ato dos outros em que ele, como sempre, é vítima.

Na verdade, o narrador nunca se entrega sem reservas, nunca perde o controle do processo narrativo. As dissimulações e os subterfúgios que treinou para construir e manter a imagem de imperador que moldou para si continuam ativos. Há bons exemplos dessa transferência de habilidades para a narrativa. Assim, quando o fio das recordações está atingindo a Guerra do Paraguai, temeroso dessa época “manchada de sangue”, considera: “estou livre para conceder-me umas férias, demorar-me um instante nas doçuras da digressão, honrar a lembrança de certos homens ilustres [Agassiz, Gobineau e Sarmiento] que me visitaram. [...] quanto à cronologia, paciência!” (p. 164-5) Ele exerce o poder no único espaço que lhe resta, ou melhor, que criou para esse exercício. Suas relações com a Condessa de Barral sofrem o mesmo veto. Anunciada desde o início, sua história vai sendo protelada sempre, por insinuações logo contornadas, ainda que seja uma sombra a pairar no ar insistentemente. É claro que aí também está a perícia do romancista, que mantém o suspense usando matéria em si tão própria do romance, e mais ainda no caso de D. Pedro II, o monarca que aceitou e até se impôs a missão de apagar da memória dos súditos a lubricidade do pai. Quanto ao narrador, só vai admitir efetivamente a presença da condessa quando o relato alcança-a na linha do tempo linear, ainda e sempre de modo contido, embora não deixe de revelar que ela foi seu grande amor, o que não exclui outras aventuras, nem por isso objetos de indiscrição. O mesmo cuidado cerca seu relacionamento com a esposa. Declara com todas as letras

que não amou Teresa, conta os sonhos que entreteve com as notícias do contrato de casamento e a decepção que sofreu com a chegada da noiva, mas não expõe a intimidade conjugal.

Propor a construção das memórias com um derradeiro espaço de poder encaminha estes comentários para o que se anunciou como matéria de exame para a parte seguinte. Antes de se passar a ela, é o caso de acrescentar algumas observações sobre a apresentação formal do texto. O relato é dividido em doze capítulos de extensão relativamente equivalente, cerca de vinte e cinco páginas, sem título, indicados por numeração romana, subdivididos em blocos de tamanho variável. A sutileza no deslizamento de um bloco para outro, semelhando marcação de cena, merece destaque. Para evitar multiplicação de citações, remeto a duas transcrições anteriores, justamente dos blocos iniciais. Associar a observação de uma criança que brinca à própria infância realiza a passagem do primeiro para o segundo bloco, e deste para o terceiro faz-se pela voz da governanta, que aponta sua primeira duplicidade – menino/imperador. Anunciar que a última condição se mantinha até dois anos atrás amarra os dois momentos. O processo nunca é descuidado. O último capítulo constitui exceção, muito mais breve, num único bloco, todo no presente.

A definição dos capítulos se faz em função da temporalidade da recordação. De início, os capítulos abrem-se no tempo da narração e eventualmente também se fecham remetendo ao presente, procedimento que vai rareando à medida que a narrativa avança, como se o tempo rememorado fosse forçando sua presença. Há duas amarrações de capítulos que merecem atenção particular. Uma se dá entre os capítulos VII e VIII. No sétimo situa-se a digressão que ele se permite para adiar a narração da “Guerra Grande”, como a denomina. Na primeira linha do seguinte, ao contrário das outras mudanças de capítulo, em que as ligações temporais são respeitadas, o imperador já está no Sul, em campanha. O escamoteamento temporal, somado à digressão anterior, é indicativo de quanto lhe pesa o assunto. O outro jogo entre o fim e o início que foge do padrão ocorre entre os capítulos X e XI. O décimo narra a gloriosa viagem à Europa, quando ele afirma que seu prestígio crescera tanto entre governantes como entre a intelectualidade no exterior, tendo sido recebido por Victor Hugo (encarece o significado político da visita, à vista dos ideais democráticos do escritor e de seu grupo, e a conquista no plano pessoal, uma vez que o escritor franqueia-lhe a casa às custas de sua iniciativa de procurá-lo dispensando intermediações, frustradas até ali) e, chegando ao Brasil, depara-se com uma campanha da imprensa para desmoralizá-lo. Concluíra o capítulo com conjeturas sobre o efeito nos republicanos brasileiros ao tomarem conhecimento que ele

jantou na casa de Victor Hugo, na companhia de Louis Blanc. O período de abertura do seguinte é: “Os menos malvados chamavam-me ‘o Velho’, os outros, ‘Pedro Banana.” (p. 265) As queixas do relacionamento com a imprensa é dos aspectos mais reveladores do paternalismo e da ideologia do favor, para usar expressão bastante conhecida em nossa crítica. O Imperador apresenta-se como um defensor intransigente da liberdade de imprensa, depois cobra dos jornalistas reconhecimento, ressentindo-se quando é alvo de escárnio.

Nesta altura, já se entrou abusivamente em assuntos que se anunciaram para a segunda parte.

\* \* \*

O discurso ficcional engendra uma realidade que não preexiste a ele, inclusive no caso da ficção histórica, porque a realidade romanesca independe da fidelidade da narrativa ao documental e/ou ao ensaísmo histórico. Ser-lhe fiel ou não é apenas mais uma entre as tantas opções do romancista. Não se tem por objetivo aqui fazer paralelo entre o texto ficcional e registros históricos sobre o assunto, atitude que de resto não significa nada na análise de nenhum romance histórico porque não lhe acrescenta nem tira nada, não endossa nem frustra sua realização estética. Entretanto, é evidente que em *D. Pedro II: Memórias Imaginárias do Último Imperador do Brasil*, Jean Soublin atribuiu ao personagem ficcional, do ponto de vista do enredo, os sucessos registrados na vida do personagem empírico. Nem mesmo regateou as fontes, indicando-as, ainda que sem feição acadêmica, numa bibliografia final.<sup>8</sup> Somente no último capítulo os referenciais históricos permanecem afastados em trecho relativamente longo. Ao circunstanciado relato de um pesadelo, no mundo onírico aflorando culpas pessoais que se mesclam à antevisão de momentos do futuro da pátria, o que pode ser lido como seu desejo de projetar-se sobre a história por vir, segue-se a fusão, agora em vigília, de imagens da novela de Alphonse Karr *Un homme à la mer!*, da condição do memorialista e do país distante. Ele, o imperador exilado, é o naufrago, enquanto o Brasil é o grande e belo navio que continua sua rota, sob as bênçãos do homem que ficou no mar, como se o amor à pátria superasse o despeito, o que é mais um recurso para forjar uma imagem, a de desprendido.

8 A extensa bibliografia sobre D. Pedro II recebeu expressiva contribuição após a publicação do romance. Refiro-me ao já citado estudo de Lilia Moritz SCHWARCZ e a alguns ensaios do segundo volume da *História da Vida Privada no Brasil*, organizado por Luiz Felipe de ALENCASTRO (São Paulo: Companhia das Letras, 1997). É curioso notar que as conclusões dos historiadores, a partir da investigação de material histórico pouco convencional, tais como representações iconográficas, não estão distantes, em muitos momentos, da imagem oferecida pela ficção.

Há tempos se deixou de acreditar que o imaginário é prerrogativa da ficção. Os teóricos da história vêm reivindicando seu uso para preencher os vazios da pesquisa documental, ainda que se tenha alargado e reformulado consideravelmente o conceito de documento. Entretanto, por mais diluídas e fluidas que estejam as fronteiras entre os dois discursos, a convenção de veracidade e a convenção de ficcionalidade<sup>9</sup> continuam assinalando diferenças. No caso, sem levar em consideração os elementos pré-textuais, o marco discursivo mais evidente a apontar para o ficcional é a opção pelo discurso memorialista. E é explorando as potencialidades dessa opção que Soublin constrói seu D. Pedro.

Em literatura, como na vida, não há que se conjecturar sobre as possibilidades que não se efetivaram. Mas algumas questões especulares voejam eventualmente sobre o leitor. Estudos biográficos insistem no significado das viagens do Imperador, para si e para a política do país. Logo, não há por que estranhar a atenção dedicada a suas estadas no exterior, o encarecimento de sua presença nas Exposições Universais e a importância que ele dá aos encontros com artistas e cientistas. Faz parte da auto-imagem e das denúncias produzidas por seu reflexo. Entretanto, um escritor brasileiro teria dado tanta ênfase às casas reais européias e à sua sorte no período? No entanto, elas afetam a família imperial brasileira pelo menos por duas mãos completamente fundidas: via política e via pessoal. Queda de monarquias afetava parentes e, o que é mais grave, fazia lembrar o risco de revoluções que intentassem mudar o regime político no país. O período romântico, momento revolucionário por excelência, foi pródigo nessas mudanças.<sup>10</sup> O Brasil, único país sul-americano a não passar da condição colonial diretamente para o regime republicano, ainda teve um reinado que durou quase meio século. Em compensação, seu Imperador apresentava-se como o mais liberal dos governantes, embora tenha fortalecido quanto pôde o discricionário Poder Moderador. Coisas do romantismo, das quais não se descurou o ficcionista, como não se descuidou da discussão sobre as incoerências decorrentes da manutenção da escravidão, uma das mais fortes causas de mal-estar e desconforto social no período. Outra hipótese: para desmascarar o indianismo romântico, o argumento de que a Guerra do Paraguai foi “a nossa guerra indígena” de extermínio passaria pelos nossos filtros internos?

9 Uso as duas expressões conforme o sentido que lhes dá Walter MIGNOLO no ensaio “Lógica das Diferenças e Política das Semelhanças: Da Literatura que Parece História ou Antropologia e Vice-versa”. (In: CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio Wolf de. *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1993. P. 115-135).

10 Nachman FALBEL, no ensaio “Os fundamentos históricos do Romantismo”, encara a importância dos movimentos políticos no momento romântico. (In: GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 23-50)

À parte circunstâncias biográficas que liguem Soublin ao Brasil, o que se tem é um escritor francês, no fim do século XX, focando um personagem brasileiro de uma época em que ser um cidadão brasileiro letrado significava debater-se entre duas forças: nacionalismo e modelo europeu, notadamente francês.

Europeus representando o Novo Mundo não são novidade desde os tempos coloniais, produção que vem sendo intensamente revisitada pela via da ficção, particularmente os textos produzidos nos séculos XVI e XVII. O próprio D. Pedro II, no século XIX, é responsável pela presença de muitos desses estrangeiros, em larga medida condicionadores da imagem que o mesmo país tem de si.<sup>11</sup> Em mais de uma passagem, o memorialista se dá conta da distância entre a realidade que conhecia de livros e o Brasil real. No Romantismo do Velho Mundo, a América se constituiu como lugar distante e exótico, paraíso primitivo e promessa de futuro. O próprio D. Pedro II inspirou um personagem do romance *Les Pléiades*, escrito em 1871 por M. de Gobineau, *doublé* de diplomata e intelectual que durante alguns períodos, aqui e na Europa, manteve convivência, por vezes até intensa, com o Imperador.

Quando, na atualidade, um europeu volta o olhar para o Brasil do passado, os efeitos são outros. Traço do romance histórico, já apontado no ensaio seminal de Lúkacs sobre o tema,<sup>12</sup> é a eleição de protagonistas inteiramente ficcionais ou buscados entre os personagens secundários no cenário histórico, enquanto os nomes centrais da história oficial são observados à distância, incidentalmente perpassando o enredo.<sup>13</sup> Da perspectiva da cultura européia, particularmente da francesa, a opção pelo imperador brasileiro, a despeito de sua permanência no poder por quase meio século e de ser o responsável, direta ou indiretamente, pela definição das diretrizes da corte e da política brasileira e também, em certo grau, da cultura letrada no Brasil do período, talvez não represente uma ruptura muito profunda dessa norma. Mas Jean Soublin não cai na armadilha do condicionamento cultural. As informações de caráter sócio-histórico não aparecem mais do que seria aceitável no discurso memorialista.

Um parêntese: é verdade que, em uma das viagens de D. Pedro ao Sul, os peões gaúchos de Soublin parecem antes vaqueiros nordestinos. O desconhecimento da região foi veementemente reprochado em *O Gaúcho*, mas

11 Cf. SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

12 LUKACS, Georges. *Le roman historique*. Paris: Payot, 1972. p. 39.

13 Na produção brasileira recente, alguns pontos de proximidade, e outros tantos de distanciamento, sugerem uma abordagem comparativa com *Galantes memórias e admiráveis aventuras do virtuoso Conselheiro Gomes, o Chalaça*, de José Roberto TORERO (São Paulo: Companhia das Letras, 1994).

certamente não é a causa de certas fragilidades do romance de Alencar. Esse tipo de minúcia não põe a perder a boa ficção.

*D. Pedro II* é o discurso memorialista de quem o produz para entender o que lhe aconteceu, e portanto deve lançar um olhar ao seu redor, mas se acredita o patrocinador e o fiador da realidade que o cerca. Portanto, essa realidade só lhe interessa como espelho. Quando a imagem refletida parece distorcida em relação à auto-imagem, o defeito é atribuído ao espelho. Os pronomes *eu*, *meu*, *me* e *mim* são espalhados no texto sem parcimônia. Todas as demais figuras são esfumaçadas, mero reflexo ou jogo de cena para dar espaço ao eu.

A ambigüidade de D. Pedro, dividido entre a tradição européia, que é familiar, cultural e política, e a construção da identidade nacional que ele quer fazer com que dependa dele, é apreendida à perfeição. Ele sente obrigação de ser brasileiro, mas lamenta não poder ser como os franceses. Sua reflexão ao rememorar uma das viagens à Europa, quando alcançou o que acreditava ser intenso comércio intelectual, não deixa dúvidas quanto ao nível de consciência da contradição:

Para manter o interesse de meus ouvintes, eu adotava o modo de falar, as palavras em voga. [...] Para melhor convencê-los, imitava-os e, no afã de querer assemelhar-me a eles, não mais descrevi o Brasil como meu país, minha carne, e sim como uma terra curiosa que eu visitara. Um parisiense narrando suas aventuras por uma região interessante do globo.

[...] Quanto mais pintava meu país com tintas favoráveis, mais este me parecia pobre, sujo, inculto, complicado e digno da indiferença de meus novos amigos. Eu me empenhara em puxar-nos para perto da Europa, qual um barqueiro rebocando a própria embarcação. [...] Mas a barca não saíra do lugar e eu me sentia distante, bem distante dele. Que estava ocorrendo? Havia eu mudado de campo ao mudar de sonho? (p. 234)

Alonguei a citação para não perder a imagem do barqueiro e, sobretudo, a questão do deslocamento do sonho, ambos de sabor tão romântico. O paradoxo *nacional como imposição X europeu como desejo* não é o único emprestado da produção romântica. Outros pares antitéticos estão presentes na figuração desse personagem que resumiu em si o ideal do Brasil romântico e sofreu sua superação: anseios de justiça social e individualismo; entusiasmo com o progresso e saudosismo; defesa do popular e atração pela aristocracia; idealização do amor

e sensualismo; culto da solidão e lamentação pelo abandono; amor à terra natal e sedução pelo distante. Na enumeração, em geral o primeiro elemento é a escolha do livre-arbítrio e o segundo é o afloramento das camadas mais profundas da psiquê. Em diversos momentos o memorialista qualifica-se como romântico, como uma justificativa para seus enganos, mas não deixa de ser um apanágio.

Além dos assuntos já trazidos à tona, outras questões candentes do Segundo Reinado são abordadas – maioridade, lutas pela abolição, revoltas e revoluções, o temor dos brasileiros de um reinado em que o Conde d’Eu seria o príncipe consorte, a atuação dos poetas nas campanhas sociais – mas a estatura do eu narrador nunca é minorada. Quando não é possível impor a própria imagem pelo significado de sua intervenção no momento, o encarecimento se dá pela autocomiseração, pintando-se como um incompreendido.

O destronado percebe realizar um percurso na cadeia das lembranças, busca acercar-se da verdade, de uma verdade, do que ele quer que seja verdade, eventualmente corrige-se quanto a impressões e modo de entender o passado, lamenta algumas atitudes, mas não se dá conta do que efetivamente desvela e do quanto se desnuda. Assim, o gosto pelo poder ele confessa e detecta-o desde a relação com as irmãs na infância, mas não observa que o próprio registro das memórias, exercendo absoluto controle sobre o discurso, é ainda um exercício de autoridade,<sup>14</sup> poder agora com ambições de se lançar para a posteridade. Memórias querem até mais, querem a imortalidade. Mais do que gosto, é desejo de poder.

A escolha dessa forma discursiva é fundamental para estabelecer o jogo dos dois planos de revelação. Em um o memorialista, em discurso cínico, desnuda suas intenções e seus subterfúgios, enquanto em outro, pela ironia implícita, se oferecem ao leitor as pistas do que é mascarado no primeiro. Assim, quando conta que “comunicara a todos os governos da Europa que desejava viajar anonimamente”, admite “sempre gostei de fingir modéstia”, e ainda se permite divertir-se às custas dos outros: “Imitar o comum dos mortais oferece muitas satisfações a um imperador, entre as quais esta, extremamente saborosa, de ser reconhecido, e esta outra, mais divertida, de pasmar os prepostos.” (p. 223) Entretanto, o tom de ironia explícita não se mantém na descrição do presente, quando domina a lamentação: “Ah, meu Deus! Que cálice de amargura devo beber presentemente? Uma vida inteira de sinceridade laboriosa a serviço de meu país, e depois, ao fim, a indiferença...” (p. 284)

14 A propósito do esforço de fundação contido no discurso, cf. FOUCAULT, Michel. *L’Ordre du Discours*. Paris: Gallimard, 1971.

Pelo poder político que lhe foi tirado, ele tem consciência não só de que muito lutou mas de que também mascarou a luta sob a manto de ideais. Daí apresentar-se como um velho, amargurado pelo exílio e pelas traições. O que ele não explicita é que a vitimização não é recente, vem da infância, vem da longa vida pública, acompanha-o sempre. As taras dos ancestrais, a história do pai voluntarioso e mulherengo, as obrigações de herdeiro do trono, as casas reais européias que não se mostram receptivas, o casamento sem amor, a esposa feia e excessivamente religiosa, a morte a rondar sempre os primogênitos da família, a amada que se furta, os jogos políticos internos que o afligem, a política internacional que não lhe é favorável, a imprensa que o fustiga, o povo que não o compreende, tudo condiciona-lhe destino. Ele se legitima construindo-se como vítima.

\* \* \*

Conseguir a legitimação como soberano é alcançar a legitimação da nação. O esforço de identificação é uma força propulsora no projeto de D. Pedro, elidindo privado e público, projeto idealizado por seus mentores e encampado por ele. O trajeto é conflituoso, angustiante, e o resultado sempre fraturado. A intenção de moldar o país à sua imagem e semelhança, e vice-versa, não apaga coordenadas culturais, sociais e geográficas. Se no presente ele pode mostrar autocomiseração pela condição de exilado, no passado também lhe pesou a vida no Brasil. O jogo dos advérbios *cá* e *lá*, sendo *cá* o espaço da insatisfação sempre, cristalizado no paradigmático poema de Gonçalves Dias, textualização por excelência do deslocamento e da busca românticos, ronda-o sempre. O fingimento romântico coincide com a realidade externa. O exílio agora não é uma imagem poética, mas o cotidiano a encarar, enfrentamento que não cabe a um romântico. Urge compensar-se. Além das memórias, resta a utopia do futuro. Ao neto vaticina o Terceiro Reinado, enquanto para si almeja função mais modesta: aposentado em Petrópolis, é claro, a cidade de Pedro, professor de línguas clássicas no Rio de Janeiro, iconógrafo na Biblioteca Nacional.

Estas memórias são um monumento ao egoísmo, ao centralismo de D. Pedro, que julga tudo poder e tudo condicionar. Como conciliar essa característica com a imagem de monarca que doou a vida a seu povo? Se *eu* fosse igual a *nação*, o conflito estaria superado: “Pouco se lhes dava [aos ingleses, que apresavam navios negreiros] a soberania do Brasil, a minha soberania.” (p. 67) Ou ainda: “Queria que se respeitasse o Brasil porque queria ser levado a sério.”

(p. 90) A grande causa nacional é pessoal. Racionalização não implica desvelamento de motivo, até porque seu conhecimento levaria o sujeito a alterá-lo. T. Eagleton teoriza:

O conceito de racionalização está intimamente associado com o de *legitimação*. A legitimação refere-se ao processo pelo qual um poder dirigente vem a assegurar de seus sujeitos, pelo menos, uma anuência tácita à sua autoridade, e, do mesmo modo que a 'racionalização', pode ter algo de pejorativo, sugerindo a necessidade de tornar respeitáveis interesses que, de outra forma, seriam ilícitos. Mas nem sempre é assim: a legitimação pode simplesmente querer estabelecer certos interesses como amplamente aceitáveis, em vez de lhe conferir um falso aspecto de legalidade.<sup>15</sup>

O discurso de D. Pedro organiza-se no sentido de assegurar-lhe o direito de se nomear Imperador do Brasil, se não mais legalmente, pelo menos sendo visto como tal, para que possa continuar atribuindo-se sem culpa adjetivos como usurpado, traído, vilipendiado, incompreendido, banido. Em era pós-freudiana, não se pode deixar de notar as antecipações do momento da expulsão disseminadas ao longo do texto.

Protestar boas intenções, admitir enganos, fazer profissões de liberalismo contribuem mais para a ação da magia do espelho revelador do lado oculto do que para o reflexo da máscara. D. Pedro julgou respeitar os princípios liberais e até admitiu o medo de feri-los, mas jamais suspeitou de seu liberalismo, como de outras tantas fendas da máscara, cifradas no avesso do discurso de D. Pedro, a voz do autor.

## RESUMO

Abordagem do romance *D. Pedro II: Memórias imaginárias do último imperador do Brasil*, do francês Jean Soublin, buscando detectar como se realiza a construção do

<sup>15</sup> EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista; Boitempo, 1997. p. 58.

personagem ficcional que toma o nome e as circunstâncias biográficas de personagem empírico, significativo na história brasileira por variadas razões e em diferentes planos.

*Palavras-chave: ficção histórica, ficção contemporânea, D. Pedro II, Jean Soublin.*

## ABSTRACT

An analysis of the novel *D. Pedro II: Memórias imaginárias do último imperador do Brasil* by the French writer Jean Soublin, as an attempt to examine how the fictional character that assume the status of empirical character, a significant position in the Brazilian history for various reasons and in different levels.

*Key-words: historical fiction, contemporary fiction, D. Pedro II, Jean Soublin.*

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CANDIDO, Antonio. A Nova Narrativa. In: \_\_\_\_\_. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987. p. 199-215.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista; Boitempo, 1997.

FALBEL, Nachman. Os fundamentos históricos do Romantismo. In: GUINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 23-50.

FISCHER, Luís Augusto. Para uma descrição da literatura brasileira. In: PRATT, Mary Louise et al. *Literatura e História: perspectivas e convergências*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 97-142.

FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.

KAISER, Glória. *Dona Leopodina: uma Habsburg no trono brasileiro*. Trad. Christiane Rupp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LUKACS, Georges. *Le roman historique*. Paris: Payot, 1972.

MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e política das semelhanças: da literatura que parece história ou antropologia e vice-versa. In: CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio Wolf de. *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993. p. 115-135.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUBLIN, Jean. *D. Pedro II. Memórias imaginárias do último Imperador do Brasil*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TORERO, José Roberto. *Galantes memórias e admiráveis aventuras do virtuoso Conselheiro Gomes, o Chalaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

UTÉZA, Francis. *JGR: Metafísica do Grande Sertão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.